

Reflexo negativo sobre dívida externa do País

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

As taxas de juro praticadas no mercado internacional vêm revelando comportamento de alta desde o início do ano, embora paulatinamente. A "prime-rate" (taxa de juro preferencial no mercado de Nova York), depois de ficar oito meses estagnada no nível de 7,5% ao ano — entre 26 de agosto do ano passado e início de abril último —, pulou para 7,75%, apresentou dois aumentos em maio (para 8 e para 8,25%) subiu para um novo patamar de 8,75% e ontem chegou a 9,25%.

A tendência que se delineia é, portanto, de juros em alta no mercado externo com reflexos sempre negativos sobre os custos da dívida externa brasileira. A Libor (esta é uma taxa de mercado praticada no interbancário de Londres, com oscilações diárias para cima ou para baixo) tem acompanhado o comportamento da prime-rate.

No caso dos movimentos da prime-rate, o impacto sobre o custo da dívida é imediato, mas como apenas 16,7% dos compromissos externos estão atrelados a essa taxa o efeito em termos de desembolso é por enquanto pequeno, em torno de US\$ 84 milhões, para uma taxa mantida no patamar pa 9,25% ao ano.

No início do ano, a Libor para depósitos em dólar no prazo de seis meses estava na marca dos 6,25%. Ela tem evoluído, com ligeiras flutuações, e desde o início de setembro vem galgando a cada dia percentuais em ascendência. Ontem, a ta-

xa da Libor para repasse de depósitos em dólares por seis meses ficou em 8,6875%.

O impacto da elevação da Libor sobre a dívida externa do País é diluído no tempo, já que, conforme acordo assinado com os banqueiros, os juros que estão atrelados a essa taxa sofrem seus efeitos com seis meses de defasagem. Assim, as elevações observadas neste início de mês serão sentidas no caixa do País em início de março. Se a taxa cair, na próxima semana, a repercussão sobre os juros da dívida externa também será sentida para menos, exatos seis meses depois do movimento.

De qualquer modo, é certo que a tendência de alta observada ao longo deste ano já produziu efeitos concretos sobre o desembolso efetivo dos juros. Como 50% do total da dívida está referenciado à Libor, cada 1% de aumento na taxa representa um adicional de cerca de US\$ 500 milhões ao longo de doze meses no pagamento do compromisso com os credores. O Banco Central (BC), no entanto, não vê necessidade de alterar as previsões de dispêndio com juros externos, que devem ser mantidas no valor de US\$ 9 bilhões para o ano. (A despeito da moratória, o BC mantém na balança de serviços a totalidade dos juros externos devidos e compensa a retenção do serviço da dívida dos credores privados com financiamento na conta de capitais.) O BC sempre trabalha com uma margem de segurança, superestimando as projeções dos juros externos.